

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.377 - RS
(2018/0290793-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : VALDEMIR SILVEIRA FLOR
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO -
RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

VALDEMIR SILVEIRA FLOR agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** na Apelação n. 0375317-28.2017.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado, em primeira instância, à pena de **9 anos e 11 meses de reclusão, em regime fechado**, mais multa, pela prática de **roubo majorado – art. 157, § 2º, I, II e V**, do Código Penal (fls. 191-201).

A Corte local deu parcial provimento ao apelo defensivo, a fim de **reduzir a sanção para 8 anos e 6 meses de reclusão** (fls. 253-279).

Nas razões do recurso especial, o réu aponta **negativa de vigência do art. 157, § 2º, do Código Penal e da Súmula n. 443 do STJ** (fls. 287-292).

A defesa contesta a imposição do **aumento de 5/12 na terceira fase** da dosimetria, pelo reconhecimento das causas de aumento, em desrespeito à Súmula n. 443 do STJ.

Requer, desse modo, o provimento do recurso, a fim de que seja reduzida a reprimenda imposta.

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal local (fls. 305-314), o que ensejou a interposição deste agravo (fls. 319-329).

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 348-350, pelo provimento do recurso.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão recorrida, razões pelas quais conheço do recurso e passo à análise da impugnação.

I. Terceira fase da dosimetria

O Juiz de primeira instância, ao proceder à dosimetria da reprimenda do acusado, assim se pronunciou (fl. 200):

[...]

Diante das majorantes do emprego de arma de fogo, concurso de agentes e recurso que restringiu a liberdade das vítimas, necessária maior reprovação à conduta, com aumento maior que nos casos em que há presença de apenas uma ou duas causas de majoração, mostrando-se razoável o patamar de 5/12, alcançando a pena o patamar de 9 (nove) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a qual resta definitiva na ausência de outras moduladoras.

O Tribunal local **manteve o aumento na terceira fase** sob os seguintes fundamentos (fl. 276, destaquei):

[...]

Na derradeira etapa dosimétrica, a adoção da fração de 5/12 justifica-se não apenas pela presença de três causas majorantes, mas também pela própria dinâmica delitiva. **A ação foi realizada de forma organizada pelo réu e por seu comparsa, com divisão de tarefas e com emprego ostensivo de arma de fogo, tendo a vítima sido amarrada tão logo voltou para casa**, merecendo destaque o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Pelos trechos acima transcritos, **é inegável a satisfatória motivação do ato decisório** com lastro em dados concretos. Isso **porque a menção de que o delito foi praticado com organização de tarefas e concurso de dois agentes munidos com arma de fogo e que a vítima foi amarrada** demonstra iniludivelmente a maior gravidade do comportamento

ilícito. Justificado, portanto, de maneira idônea, o aumento da pena na referida fração.

Assim, não se trata de caso em que a simples gravidade das causas de aumento da sanção, tomada abstratamente, é utilizada como fundamento para a exasperação da reprimenda, em violação do enunciado da Súmula n. 443 do STJ, como apontado pela defesa. Por tal razão, não verifico nenhuma ilegalidade na decisão judicial que aplicou a fração de 5/12 para a majoração das penas, na terceira fase da dosimetria, ante a presença de motivação concreta.

Ilustrativamente:

[...]

5. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

Súmula n. 443 do STJ.

6. O aumento da pena, no montante de 1/2, foi baseado em dado fático suficiente a indicar a gravidade concreta do crime - intensidade da violência praticada contra as vítimas.

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena imposta.

(HC n. 211.591/MS, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 17/3/2016, destaquei)

[...]

- Na hipótese dos autos, o aumento operado em razão das majorantes, em patamar acima do mínimo legal, se deu com base em circunstâncias concretas - extrema violência exercida contra as vítimas - e não por simples critério numérico.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no AREsp n. 725.452/SP, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 9/12/2015, grifei)

II. Execução imediata da pena

Ante o esgotamento das instâncias ordinárias, como no caso, de acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.246, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo

grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **negar provimento ao recurso especial**.

Determino o envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação para a imediata execução da pena imposta caso o agente não a esteja cumprindo atualmente.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**